

LEI Nº 3614/2003.



REGULAMENTA O PAGAMENTO EM PROCESSOS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR PELO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º ~~Fica regulamentado que as demandas judiciais que tiverem por objeto pequeno valor, assim entendida aquela cujo valor não for superior a 60 (sessenta) salários mínimos, devidos a cada Exequente, poderão ser pagas pelo Município de Cascavel, nos termos do artigo 100, § 3º, combinado com o artigo 87, da ADCT, ambos da Constituição Federal de 1988.~~

~~§ 1º A celebração do acordo para o pagamento pelo Município, nos termos do caput deste artigo, preverá, obrigatoriamente, as seguintes condições:~~

~~a) a efetivação do acordo sempre terá com pressuposto o atendimento do interesse público;~~

~~b) o pagamento, para ser feito no prazo de 10 (dez) dias após a publicação da homologação do acordo pelo Juízo, preverá um desconto sobre o valor da execução no importe mínimo de 10% (dez por cento);~~

~~c) para o parcelamento, no mínimo em 2(duas) parcelas, do valor da execução, o pagamento será integral, não devendo incidir no acordo a previsão de cláusula penal;~~

~~d) na hipótese de débitos trabalhistas, deverão incidir a previsão dos descontos fiscais e previdenciários, inclusive por parte do Exequente.~~

~~§ 2º A despesa decorrente do pagamento previsto no caput deste artigo, correrá por conta de rubrica e dotação orçamentárias distintas das inscrições dos precatórios requisitórios.~~

~~§ 3º É facultada à parte Exequente a renúncia ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no caput deste artigo, para que se possa optar pelo pagamento do saldo sem precatório, na forma prevista.~~

Art. 1º É considerada de pequeno valor, para fins do disposto no §3º do art. 100 da Constituição Federal, a obrigação de pagar quantia certa decorrente de decisão judicial transitada em julgado que tenha condenado o Município de Cascavel, suas autarquias ou fundações, em processo de cujo contraditório o ente público tenha feito parte, que não seja superior a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), por credor individualmente considerado.

§ 1º Os honorários advocatícios de sucumbência serão considerados autonomamente para este fim, independentemente da forma de pagamento prevista para o crédito principal.

§ 2º As custas judiciais somente serão consideradas de pequeno valor se o crédito principal também o for, e desde que obedecido o valor limite previsto no caput deste artigo.

§ 3º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de noventa dias, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal do ente público por carga, remessa ou meio eletrônico.

§ 4º O valor estabelecido nesta Lei será atualizado anualmente, com base na Unidade Fiscal do Município - UFM, pelo Poder Executivo Municipal, que o fará publicar no Diário Oficial Eletrônico do Município (Redação dada pela Lei nº 7220/2021)

Art. 2º Fica autorizado o Município de Cascavel a celebrar acordo no curso de ação judicial com valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos.

§ 1º O acordo mencionado no caput deste artigo, deverá ser celebrado levando em conta somente o atendimento do interesse público, devendo prever obrigatoriamente as seguintes condições:

- a) o pagamento, para ser feito no prazo de 10 (dez) dias após a publicação da homologação do acordo pelo Juízo, preverá um desconto sobre o valor da execução no importe mínimo de 20% (vinte por cento);
- b) para o parcelamento, no mínimo em 4 (quatro) parcelas, do valor da execução, o pagamento será integral, não devendo incidir no acordo a previsão de cláusula penal;
- c) na hipótese de débitos trabalhistas, deverão incidir a previsão dos descontos fiscais e previdenciários, inclusive por parte do Reclamante.

§ 2º A despesa decorrente do pagamento previsto no caput deste artigo correrá por conta de rubrica e dotação orçamentária distintas das inscrições dos precatórios requisitórios.

§ 3º O acordo mencionado no caput deste artigo, deverá obedecerá ao trâmite contábil necessário para elaboração de empenho devidamente ordenado pelo Prefeito Municipal para posterior pagamento ao credor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal Cascavel, 09 de maio de 2003.

EDGAR BUENO
Prefeito Municipal

ARNOLD LAMB
Secretário de Administração

LUIZ FRARE

Secretário de Finanças